

# ENSINANDO (E APRENDENDO) SOBRE AGROECOLOGIA NOS QUILOMBOS DO ANDIRÁ (BARREIRINHA/AM): POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL<sup>1</sup>

Francine Pereira Rebelo (IFAM- Parintins/ AM)

Christiane Pereira Rodrigues (IFAM- Parintins/ AM)

Juliana Carolina da Silva (IFAM-Parintins/ AM)

Segundo a lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, um dos objetivos dos Institutos Federais é “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”. Ainda que seja um dos objetivos da Rede Federal são inúmeros os desafios para construção de uma educação profissional que dialogue com as demandas dos grupos sociais vulneráveis, tais quais os quilombolas. Desta forma, a partir da experiência do processo de elaboração e execução do curso de “Auxiliar em Agroecologia”, realizado na comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, BarreirinhaAM e envolvendo seis comunidades quilombolas da região do Andirá, destaca-se os desafios e possibilidades dos Institutos Federais na oferta de Educação Profissional nos territórios. Evidencia-se a articulação e mobilização de entidades e lideranças quilombolas, bem como a consulta das comunidades quilombolas envolvidas por parte do Instituto Federal do Amazonas *campus* Parintins, responsável pela execução do projeto, revelando o protagonismo e participação ativa da comunidade em todas as etapas da construção e realização do curso. As taxas de permanência e conclusão significativas dos discentes quilombolas inscritos no curso apontam que a adesão da comunidade e das lideranças quilombolas, a parceria com demais instituições locais e a mobilização de diferentes setores públicos impactam diretamente no êxito das ações de extensão, sobretudo, nas iniciativas realizadas em territórios com distâncias expressivas de grandes centros urbanos e com exigência de uma complexa logística fluvial. Por fim, apontamos a importância do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) dos IF’s e UF’s para atendimento das demandas das populações negras, quilombolas, indígenas e etnicamente diferenciadas. O projeto ainda apontou a necessidade de visibilizar categorias nativas da região amazônica e que considerem as intersecções de saberes e conhecimentos afro-brasileiros e indígenas – afro-indígena. Nas palavras de Fábio Castro (2018), lançando luz ao complexo tabuleiro social da Amazônia e que contemple a diversidade de suas populações e, no caso desta pesquisa/relato de experiência, refletindo sobre a categoria de ‘*indíobola*’ apresentado pelos moradores dos quilombos da região do Andirá.

**Palavras-chave:** Quilombolas, Educação, NEABI

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024).

## **Introdução**

No início do século XXI, o contexto das discussões nacionais no âmbito da educação abordava aspectos sobre a ampliação do acesso, revisões de posturas e abordagens, bem como, a valorização da diversidade no espaço escolar. A revogação do Decreto 2.208 (Brasil, 1997) pelo Decreto 5.154 (Brasil, 2004) tornou possível o ensino médio integrado e as discussões acerca das universidades tecnológicas foram materializadas pela Lei 11.184 (Brasil, 2005). Na esteira dessas discussões, com a primeira gestão do Governo Lula se assume um novo projeto para a educação profissional brasileira, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A política de expansão começou em 2005, tendo sido arquitetada entre 2007 e 2008 e instituída pela Lei 11.892 (Brasil, 2008), vinculada ao Ministério da Educação. A expansão envolveu a criação dos IFs e a inclusão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. Dentre essas instituições, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem entre seus objetivos, a oferta de cursos de formação inicial e continuada, visando à capacitação e especialização de profissionais em todos os níveis de escolaridade.

No texto “Governança, território e desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia brasileira”, Arminda Mourão, Silvia Nogueira, José Araújo e José de Souza (2015) explicam que, da institucionalização dos IFs emergem três dimensões específica da atuação destes, sendo a política social, a agências de desenvolvimento local, com vistas a viabilizar o desenvolvimento local e regional e ser um locus de formação de professores, devendo ofertar 20% das vagas para licenciaturas. Essas instituições se dedicariam a “melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (Ministério da Educação, 2010, p.14). Contudo, mesmo uma década e meia após a expansão da Rede Federal, a implementação de uma educação que verdadeiramente dialogue com as necessidades e especificidades não só de uma homogeneização das áreas urbanas, mas de grupos sociais vulneráveis, apresenta inúmeros desafios.

No Amazonas, o IFAM foi institucionalizado com a agregação/reorganização do CEFET/AM e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira (BRASIL, 2008). A partir de 2010 foram implantados os *campi* de Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Tefé, Lábrea, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo e o *campus* avançado de Manacapuru, em 2024 foi anunciada a construção dos *campus* Santo Antônio do Içá e Manicoré.

A estrutura multicampi do IFAM se insere nas especificidades da expansão da Rede Federal, que tentou equilibrar a distribuição territorial com as localidades e regiões. Buscou-se atrelar a Educação Profissional e Tecnológica com o desenvolvimento local e regional, em sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais (Pacheco, 2011, p. 93). Nesse sentido, foi utilizado o levantamento dos arranjos produtivos locais e identificadas as especificidades das economias para a oferta de cursos técnicos de nível médio, subsequentes e os sistemas de cotas. A exemplo, no Médio Amazonas, o IFAM *campus* Parintins teve no PDP de 2009 os indicadores predominantes de artesanato, fécula de farinha de mandioca, madeira, móveis e artefatos, turismo ecológico e rural, construção naval e base mineral cerâmico-oleiro (Nogueira, 2016, p. 212). Seguindo tais indicadores, a instituição formulou os cursos de Agropecuária, Administração e Informática na modalidade de nível médio integrado e Recursos Pesqueiros e Meio Ambiente como subsequentes.

Mas além do que mostram os indicadores econômicos, o IFAM *campus* Parintins se insere numa área com uma complexa diversidade biológica, social e cultural, dialogando com comunidades urbanas, rurais, tradicionais e ribeirinhas. Dentro da abrangência de atuação do IF, no município de Barreirinha/AM (distante 331 km de Manaus), localiza-se a Comunidade Remanescente do Quilombo do Rio Andirá, formada por 558 famílias (BRASIL, 2017), residentes nas comunidades quilombolas de Trindade, São Pedro, Boa Fé, Matupiri, Ituquara, além da comunidade de São Paulo do Açú<sup>2</sup>, em Barreirinha. A história do território se iniciou no século XIX, quando Benedito Rodrigues da Costa, um homem negro de nacionalidade angolana, fugindo da escravidão definiu as margens do Andirá como um local de liberdade. Tais comunidades quilombolas conseguiram no início do século XXI realizar o movimento de politizar narrativas e

---

<sup>2</sup> A comunidade de São Paulo do Açú se encontra em um processo distinto de reconhecimento territorial, não sendo englobada na Portaria N° 496, de 15 de maio de 2024 que reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo do Rio Andirá, localizada no município de Barreirinha, no estado do Amazonas. Ler mais sobre o processo de reconhecimento territorial em Rocha (2019).

memórias orais sobre a história do território e com isso, construir, juntas um movimento de autoidentificação e reconhecimento enquanto comunidades remanescentes (Rocha; Freitas, 2018).

Ao longo dos últimos meses, a luta pelo reconhecimento oficial das terras quilombolas resultou em uma importante vitória para a segurança jurídica e territorial dessas comunidades, com a Portaria do INCRA n.º 496, de 15 de maio de 2024, que reconhece e declara a posse da terra da Comunidade, sendo uma área composta de 27.816,1339 hectares. No entanto, a distância dos grandes centros urbanos e a logística fluvial complexa continuam sendo desafios significativos para as possibilidades dos arranjos produtivos locais que interliguem a comunidade. Uma das alternativas que lideranças quilombolas tem buscado é se inserirem na Prefeitura Municipal de Barreirinha e tentar a articulação com instituições educacionais, como o Instituto Federal do Amazonas *campus* Parintins e com a Universidade do Estado do Amazonas, para criarem possibilidades educativas com perspectivas econômicas, com o desenvolvimento de projetos que atendam às necessidades específicas das comunidades quilombolas.

Este artigo se debruça sobre a experiência do curso de "Auxiliar em Agroecologia", realizado na comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha/AM, e envolvendo as seis comunidades quilombolas da região do Andirá. A partir desse estudo de caso, buscamos evidenciar os desafios e as possibilidades que os Institutos Federais enfrentam na oferta de educação profissional em territórios distantes dos grandes centros urbanos e as considerações derivadas do desenvolvimento do curso. O presente texto destaca também a importância dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI's) dos Institutos e Universidades Federais na resposta às demandas das populações negras, quilombolas, indígenas e etnicamente diferenciadas, contemplando a diversidade de suas populações e enriquecendo o debate sobre uma educação profissional inclusiva e contextualizada.

### **Possibilidades e desafios da educação profissional: o potencial da Agroecologia**

Segundo a lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, um dos objetivos dos Institutos Federais é “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a

especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”. Ainda que seja um dos objetivos da Rede Federal são inúmeros os desafios para construção de uma educação profissional que dialogue com as demandas dos grupos sociais vulneráveis, tais quais os quilombolas.

O curso de “Auxiliar em Agroecologia”, realizado na comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha- AM<sup>3</sup> foi coordenado pelos professores Francine Pereira Rebelo e Marcelo de Queiroz Rocha e teve por objetivo promover práticas sustentáveis de recuperação e conservação dos recursos naturais, através da adoção dos sistemas agroecológicos junto à agricultura. Tratou-se de um curso de Formação Inicial com carga horária de 240 horas, executado entre os meses de outubro de 2022 até julho de 2023. Inicialmente, foram ofertadas 60 vagas<sup>4</sup> com discentes das seis comunidades quilombolas da região do Andirá, a constar: a Comunidade Santa Tereza do Matupiri, Comunidade Itaquara, Comunidade Boa Fé, Comunidade São Pedro, Comunidade Trindade e Comunidade São Paulo do Açú. A execução do curso se deu por módulos mensais com viagens dos professores de Parintins até à escola da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, sede do curso.

No ano de 2022, fomos provocados pela Reitoria do Instituto Federal do Amazonas, enquanto NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena) a executar um curso junto às comunidades quilombolas da região do Andirá. É importante mencionar que a própria reitoria, na figura do reitor, havia sido incitada à olhar institucionalmente para os quilombolas da região através da figura combativa da liderança Maria Amélia dos Santos de Castro. Na ocasião, Maria Amélia, fazia o curso técnico de Agroecologia no Instituto Federal do Amazonas e pressionou professores/as e o reitor para que os cursos do IFAM chegassem em sua comunidade. Ver o IFAM ofertando atividades no Andirá e os demais moradores com acesso ao conhecimento e oportunidades tivera, era um sonho de Maria Amélia e da sua comunidade. Tal como no caso da educação escolar indígena (Tassinari e Gobbi, 2009), reforçamos que as ações nos territórios tradicionais são resultadas, principalmente, das ações dos movimentos sociais e lideranças tradicionais, e não apenas em virtude da legislação vigente, muitas vezes negligenciada.

---

<sup>3</sup> Barreirinha é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. A sua população, estimada pelo IBGE em 2022, era de 31.051 habitantes, sendo aproximadamente 6% identificados como quilombolas e 27% indígenas, ambos majoritariamente residentes nos seus territórios.

<sup>4</sup> Após solicitação das comunidades, aceitamos o número de 71 inscritos no curso. No entanto, apenas 54 estudantes iniciaram efetivamente o curso, sendo que destes 53 concluíram a formação.

Em março de 2022, uma equipe da reitoria do Instituto Federal do Amazonas realizou uma viagem para as comunidades da região produzindo um breve relatório com informações e sugestões de curso elaboradas pelas comunidades. Em julho do mesmo ano, retornamos para uma reunião na comunidade de Santa Tereza do Matupiri onde lideranças de todas as comunidades e moradores levantaram novamente as demandas e se estabeleceu coletivamente que a principal demanda do grupo era por um curso de Agroecologia. Destacamos então que além da demanda inicial da comunidade, captada através das lideranças, o processo foi marcado por um significativo protagonismo e participação ativa da comunidade desde a concepção até o planejamento e a disponibilização da estrutura física para realização do curso, o que influenciou no êxito da atividade de ensino. Desta forma, identificamos que a mobilização e consulta às lideranças e comunidade é uma etapa necessária para a oferta de Educação Profissional nos territórios.

Após a decisão da comunidade, articulada as possibilidades reais do Instituto Federal do Amazonas, foi elaborado via NEABI uma proposta de curso, a ser executada nos meses seguintes. As inscrições foram realizadas nas seis comunidades sob responsabilidade da Secretaria de Educação de Barreirinha e os critérios estabelecidos foram ter 18 anos ou mais, ter completado o Ensino fundamental (1º a 5º ano completo) e ser autodeclarado quilombola – pertencente as comunidades envolvidas no curso. Durante o processo de inscrição, acompanhada pela equipe do NEABI, todas as comunidades foram contempladas com um período de inscrição, permitindo que os interessados procurassem à equipe responsável. Destacamos a importância de flexibilização de instrumentos burocráticos para o atendimento efetivo da comunidade. Por exemplo, em um dos períodos determinados para inscrição em uma das comunidades, um ancião do grupo havia falecido e no momento, estava sendo realizado seu velório. Chegamos na comunidade envoltos por ares de luto e tristeza e decidimos que seria necessário mudar a data de inscrição naquele local. Rapidamente, retificamos o edital de inscrição e possibilitamos que a comunidade enlutada também fosse contemplada, priorizando suas demandas internas e nos readequando para atendê-los.

Desde o início do processo de construção do curso um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Barreirinha oportunizaram apoio logístico e recursos humanos para chegada até as comunidades. O suporte oferecido pelas servidoras da Prefeitura de Barreirinha e também pelo Centro de Referência do IFAM em

Barreirinha foram primordiais para execução das atividades previstas. A mobilização de diferentes setores públicos impactou diretamente no êxito do curso, sobretudo, por se tratar de uma iniciativa realizada em territórios com distâncias expressivas de grandes centros urbanos e com exigência de uma complexa logística fluvial. Assim, entendemos que o diálogo com parceiros institucionais é um passo importante nas ações de extensão.

A execução do curso exigiu deslocamento semanais de professores e técnicos do IFAM até a comunidade de Santa Tereza do Matupiri, assim, a sensibilização dos servidores em relação à temática é um projeto necessário para o êxito das atividades. Defende-se que todos/as servidores, docentes e técnicos, e demais colaboradores devem ser constantemente capacitados e sensibilizados quanto ao papel da instituição junto aos povos tradicionais e em situação de vulnerabilidade. Neste sentido, o NEABI tem uma função importante na organização e mobilização dos servidores. Reforçamos também a atuação dos profissionais da área de Antropologia em estreitar as relações entre as comunidades e as instituições públicas, encabeçando ações em que as comunidades sejam consultadas e respeitadas nas suas escolhas.

Neste curso, além das disciplinas relacionadas à Agroecologia, como Agricultura, Ciência do Solo, Técnicas de plantio, Olericultura, Fruticultura, Culturas anuais, Agrossistemas de Cultivo, Sistemas Agroflorestais, Manejo Ecológico do Solo e Sistemas alternativos de criação animal de pequeno porte e Segurança no trabalho, meio ambiente e comercialização, incluímos também um módulo de “Acolhimento e relações étnico-raciais” e “Empreendedorismo e sustentabilidade na Amazônia” e “Constituição e desenvolvimento de cooperativas”, sendo as duas últimas demandas da própria comunidade em relação à comercialização dos seus produtos e uma busca por desenvolver coletivamente estratégias de fortalecimento das atividades econômicas dos quilombolas.

A escolha da comunidade pelo curso de Agroecologia expressa o interesse dos quilombolas em retomar saberes tradicionais relacionados ao manejo da terra e a agricultura. Crítica ao conceito de Agroecologia e mercantilização dos saberes tradicionais, Antônio Bispo dos Santos (2023, p.65), liderança e intelectual quilombola, afirma que “Nós inventamos a roça de quilombo, mas mudaram o nome e agora querem nos vender nossos saberes, nos oferecendo cursos de agroecologia [...]”. Na defesa de um saber voltado para a vida, Bispo dos Santos nos mostra que temos um longo caminho para contracolonizar a estrutura organizativa do Estado e das instituições públicas (p.47). Enquanto instituição, faz-se necessário reconhecer que temos muito mais a aprender do que a ensinar sobre agroecologia.

## O retorno à comunidade e avaliação do curso

A formatura do curso de Agroecologia aconteceu em agosto de 2023 na comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Consideramos importante, entretanto, retornar em abril de 2024 até as seis comunidades envolvidas no curso e avaliar o impacto dos conhecimentos aprendidos na formação no cotidiano da comunidade e dos cursistas. Foram aplicados 33<sup>5</sup> questionários com perguntas relacionadas ao pertencimento étnico dos cursistas, conteúdo do curso e as possibilidades de aplicação dos conhecimentos e geração de renda.

Todos os entrevistados destacaram a relevância do curso em relação ao aspecto econômico e geração de renda. Entre as respostas para a pergunta “No aspecto econômico e de geração de renda, você considera que o curso foi importante?”:

“Sim. Hoje eu vivo de outra maneira, não se preocupar com o dia de amanhã. **Eu sobrevivo com o conhecimento do curso.** Não dá para tirar tanto, mas o ganha pão dá” (grifos nossos).

“Sim, na aula de empreendedorismo fizemos a venda do cupu, falamos da venda. Até a casca da mandioca vendemos para os criadores de peixe, não só para o consumo, mas vendemos os produtos aqui na comunidade”.

“Tenho meus balcões. [...] **A roça tá crescendo com tudo que a gente estudou.**”

As roças realizadas pelos alunos/as são utilizadas tanto para consumo próprio, evitando que comprem produtos para alimentar a própria casa, quanto vendidas nos quilombolas e feiras na cidade de Barreirinha. Os alunos/as conseguiram colocar em prática os conhecimentos do curso com os recursos que tinham a própria disposição:

“Tudo foi muito bom. Todos os professores ensinaram muito. Tudo foi proveitoso. Gostei da alporquia, compostagem. A forma como ensinaram a trabalhar com a horta. Enxertia. Como fazer fertilizantes, como preparar o solo para plantar, antes a gente só usava terra queimada. Podemos aproveitar tudo, resíduos de alimentos”.

---

<sup>5</sup> Agradecemos o auxílio da equipe do IFAM Barreirinha na aplicação dos questionários em nome de Wilma Garcia Marinho e Rita Santos, além da docente do campus Parintins, Lucilene Paula Carvalho Dias Fonseca.



“Aprendi a fazer adubo com restos de alimento, fazer farinha com resto de ossos ao invés de usar a química. Usamos o que a terra tem. Usamos a composteira, aprendemos a organizar o plantio. Um quintal pequeno dá para plantar muita coisa, eu uso a ‘enxertagem’ também.

A partir das respostas dos alunos, notamos que conceitos agroecológicos se tornaram familiares para os cursistas: rizomas, enxertias, alporquias são atualmente correntes nas linguagens e práticas dos quilombolas. Além disso, o depoimento acima em que menciona que “um quintal pequeno dá para plantar muita coisa” expressa a diversidade encontrada na maioria dos quintais amazônicos, que tem como objetivo principal produzir alimentos para o consumo familiar. (Pereira et al, 2018).

Antônio Bispo dos Santos também aponta que a parte mais necessária de um quilombo é o quintal, “o quintal é essencial porque é onde as crianças aprendem a fazer tudo (p.37)”.

Uma das minhas avós e mestra ensinava que aquilo de que a gente não precisa, mas sabe que apodrece, deve ser jogado no quintal. E aquilo que não é mais necessário, mas não apodrece, a gente guarda até o dia em que for necessário. Dessa forma, nada ia para o lixo, não conhecíamos a palavra lixo. Às vezes eu perguntava: “O que faço com isto?”. Ela perguntava: “Apodrece? Se apodrece, joga no mato”. Jogar no mato significava jogar na mata, porque aquilo ia se decompor e se tornar necessário para as outras vidas. Mas quando cheguei na cidade e disse: “Olha, isto aqui não presta, não é mais necessário, vou jogar no mato”, o povo debochou de mim. Na cidade não havia mato, havia lixo. E no lixo se jogava tudo: o que apodrecia e o que não apodrecia. Tudo misturado (Bispo dos Santos, 2023, p.14-15).

Bispo dos Santos e as comunidades quilombolas nos ensinam que os conhecimentos agroecológicos estão e estiveram sempre presentes nos quilombos e que suas portas de entrada não são as instituições escolares, mas os próprios quintais, necessários para soberania alimentar e preservação da diversidade da floresta.

A realização do curso dialogou com os anseios da comunidade e fortaleceu conhecimentos e práticas, como os cultivos de hortas e roçados, que já eram praticados pela comunidade. As técnicas e novos conceitos ampliaram e auxiliaram no fortalecimento e na geração de renda, alimentando o aumento do roçado, como definiu a discente Rita Santos. Nessa dinâmica que congrega a atuação de diversas instituições, como a Prefeitura de Barreirinha, as lideranças das seis comunidades e o corpo docente e

técnico do IFAM, a busca por agregar conhecimento, valorizar as práticas locais, construir um curso e equipe em confluência com a comunidade e contribuir com as demandas desta foram aspectos importantes considerados pelo NEABI do IFAM *campus* Parintins.

### **O papel dos NEABI e as categorias identitárias na Amazônia**

Nessa experiência do IFAM, o mediador do processo de diálogo com as comunidades foi o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Este Núcleo é amparado pela Lei Federal nº 10.369/2003, inserindo-se como importante ferramenta para a inclusão e afirmação social, além de atuar na formação de professores e promover iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. As principais ações do NEABI no IFAM *campus* Parintins se ligam a promoção de práticas educativas de valorização a cultura e história afro-brasileira e indígenas, ações antirracistas, acompanhamento do sistema de cotas da instituição, oferta de oficinas e formações para professores, apoio aos discentes cotistas e incentivo a projetos dentro dessas temáticas. A equipe do NEABI é multidisciplinar atualmente formada por 20 pessoas, sendo docentes, estudantes, técnicos/as e ativistas de movimentos sociais interessados.

A atuação do NEABI geralmente é percebida como um apoio a sala de aula, mas no *campus* Parintins o Núcleo atua também junto as comunidades vulneráveis, uma vez que essas comunidades são incluídas na instituição por meio dos estudantes oriundos delas. Ademais, ao analisar a experiência dos/as estudantes negros/as, indígenas e quilombolas que ingressam nos institutos federais e universidades, observa-se a expectativa em torno daquele que inaugura a participação de um grupo familiar ou comunidade na vida acadêmica (OLIVEN; BELLO, 2017). Nesse contexto, enfrentar uma série de desafios, como adentrar outros ambientes, se adequar as novas normas, convivências e muitas vezes mudar-se de cidade/comunidade para poder frequentar as aulas, é crucial para alargar as oportunidades de acesso ao ensino público de referência para outros membros da comunidade de origem. Além disso, para esses/as “pioneiros/as”, há a perspectiva imediata de conquistar posições de trabalho no setor técnico e tecnológico que possibilitem a ascensão econômica e social de toda a sua comunidade. Na história de Maria Amélia, além dela conquistar mais conhecimentos, a posição a qual almejou como estudante, foi sonhada e buscada também por toda a sua comunidade.

Dialogando com a escrita de Sobonfu Somé, nesse andar conjunto, a existência do NEABI amparou que o IFAM buscasse pensar ações que fossem atentas as especificidades culturais e sociais das comunidades quilombolas e incluíssem, acompanhassem e se construíssem junto com o reconhecimento e a valorização das vozes dos/as estudantes e de suas comunidades/etnias. Esse acolhimento dos discentes quilombolas e indígenas não se faz de forma espontânea pelas instituições, mas sendo fruto de insistências e lutas por parte dos próprios estudantes. Atentos a ouvir essas demandas e ideias, as instituições aprendem e se enriquecem, como nós com relato desse texto.

Assim, os NEABIs contribuem não apenas em sala de aula e na disposição de acolher as diversidades, podem promover os processos que envolvem a recepção, acompanhamento, inclusão das diversidades – de pessoas, valores e saberes – no ensino/aprendizagem, contribuindo na permanência de estudantes cotistas, mas também, para a melhoria das atividades do IFAM e o aprendizado de novas perspectivas e metodologias de democratização/composição dos espaços e conteúdos, incluindo as comunidades que compõem esses espaços. Esses passos implicam também a visibilidade e empoderamento dos estudantes, sendo um processo de alteridade e respeito, onde, nas palavras de bell hooks, "Ouvir um ao outro (o som das vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento" (2013, p. 58).

No processo de escuta atenta com aos/as interessados/as no curso, a autoidentificação dos sujeitos foi um elemento considerado na composição dos formulários de inscrição do curso de Auxiliar em Agroecologia do IFAM. Considerando a diáspora africana no contexto amazônico e as especificidades da formação social de resistência entre as diversidades étnicas/raciais, uma das categorias identitárias que vem sendo pensada é “afro-indígena”. Analisando o conceito no contexto paraense, Mônica Conrado e Thiane Barros (2022), realizam o levantamento do termo em teses e dissertações defendidas entre 2000 e 2020. Alguns dos apontamentos das autoras influem no sentido de perceber a multiplicidade das identidades no contexto amazônico e em superar ou questionar a hierarquização de saberes, corpos e territórios que compõem a colonialidade. Da mesma forma, Fábio Castro (2018), discute a necessidade de visibilizar categorias nativas da região amazônica, considerando as intersecções de saberes e conhecimentos afro-brasileiros e indígenas – afro-indígena e lançando luz ao complexo tabuleiro social da Amazônia.

Nos instrumentos de identificação do IFAM os estudantes não se identificaram como afro-indígenas, mas sim, a maioria como “quilombola” e poucos disseram se identificar como “índiobola”. Essa nova categoria identitária, apresentada por alguns moradores, a princípio em tom jocoso, nos inquietou e após a realização de um levantamento, também não o identificamos nos resultados de bases de pesquisas digital e resolvemos nos retornos a comunidade investigar sobre o que seria o conceito nativo de “índiobola”.

Ao retornarmos na Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, em abril de 2024, realizamos o questionário com os egressos do curso de Auxiliar em Agroecologia e entrevistas com moradores/as que se identificavam como índiobola. Na ocasião realizamos aproximadamente cinco entrevistas e todos/as que se apresentavam como “índiobola” eram filhos/as de pai ou mãe indígena e pai ou mãe quilombola. Foi recorrente nas entrevistas a menção ao comunitário Mateus Cruz, que é morador falecido e havia sido professor, tendo se formado na Universidade do Estado do Amazonas. Mateus teria sido um dos primeiros na comunidade a criar o termo “índiobola”, no contexto que envolveu sua vivência na zona urbana de Parintins. Outra pessoa a formular essa palavra é Geamerson Araújo de Paula, morador da comunidade de Ituquara e professor no ensino infantil nessa comunidade. Quando entrevistado, Geamerson contou que:

O índiobola foi identificado quando eu fui me apresentar na Universidade Federal do Amazonas, na UFAM, pela primeira vez. Todos os meus colegas foram se apresentando: “Eu sou de Barreirinha”, “Eu sou ribeirinho”, aí vinha de outra [localidade], “eu sou de Quilombola”. E vinha outra dizendo assim: “Eu sou indígena, da aldeia tal, da etnia”. Assim, quando chegou a minha vez, eu fiquei me perguntando, como é que vão me identificar se eu sou filho de indígena, da etnia Sateré-Mawé e sou remanescente de pai quilombola? Eram os dois, do município de Barreirinha. Aí eu fui lá e falei uma brincadeira, vou dizer que “eu sou Índiobola”, aí se me perguntar por que, como é a minha apresentação, eu vou aproveitar e vou dizer (entrevista realizada em abril de 2024).

O relato de Geamerson mostra a inquietação frente a essa multiplicidade que forma as identidades na região e a observação de si e suas especificidades diante da alteridade. Ademais, nos usos da linguagem esta se torna ora definidora de identidades e ora elemento de coesão/conformação, uma vez que o entrevistado não caberia apenas na categoria “indígena” e tampouco apenas na “quilombola”. Essa multiplicidade não é

apenas devido aos fatores biológicos e consanguíneos, mas também culturais. Quando questionado sobre os fazeres/saberes de ambas as etnias, Geamerson explicou:

Eu era falante das duas línguas, porque era português, algumas palavras em Quilombola e possuo o Sateré-Mawé [...] Eu aprendi a confeccionar um arco, flecha, escolher a melhor madeira que tem e hoje eu faço minhas próprias armas, meus instrumentos. Então, em qualquer lugar que eu vou, tanto aqui quanto para lá eu não vou passar mal, como a gente fala, em si (entrevista realizada em abril de 2024).

Geamerson apontou que se fosse possível teria o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena e também a declaração de remanescente de quilombo e que por mais que na documentação não pudesse ser usadas as duas identificações, tem vontade de ter o reconhecimento de ‘índiobola’ porque tem sangue indígena e quilombola. Ainda que tenha se iniciado enquanto um apelido dentro do grupo, Geamerson não considera mais que seja brincadeira a identificação enquanto índiobola pois “na prática” é os dois. Atualmente, tem o reconhecimento formal apenas enquanto indígena, pois quando “chegou o reconhecimento quilombola, já tinha o RANI”, desde o ano de 2005. Importante mencionar que o reconhecimento enquanto índiobola não é das comunidades como um todo, mas de alguns indivíduos que transitam e miscigenam elemento de ambos grupos étnicos significativamente presentes no município de Barreirinha-AM.

O pertencimento cultural a ambas comunidades, quilombola e indígena, foi um definidor para a formação da categoria identitária “índiobola”. É interessante observarmos como essa categoria surgiu de forma espontânea por moradores da comunidade e em como ela se diferencia do conceito “afro-indígena”. Os afro-descendentes podem ser pardos, pretos e quilombolas, mas na ideia de índiobola, ela se caracteriza pela especificidade da relação entre indígenas e quilombolas, não abrangendo outras categorias que estão presentes na raiz “afro”. O relato de uma moradora de Santa Tereza do Matupiri que também se identifica como índiobola exprime as nuances das diversidades brasileiras e especialmente amazônicas, por apresentar características fenotípicas predominantemente consideradas como indígena, tal qual o cabelo liso, nos relatou que foi confrontada em um encontro de quilombolas nacional por aparentemente não ser quilombola, assim, argumentou que era sim quilombola e também indígena, fazendo uma defesa da identificação enquanto índiobola. É importante destacarmos que as categorias do Estado e suas nomenclaturas conformam as identidades que muitas vezes

extrapolam as limitações impostas pelas instituições, além disso, o imaginário social brasileiro e a própria produção científica promoveram uma percepção do Amazonas como um espaço de cultura marcadamente indígena, invisibilizando as culturas e presenças africanas e forjando uma suposta homogeneidade cultural na região (Sampaio, 2011).

Considerar as características próprias que formam as identidades no contexto amazônico deveria não ser apenas uma prerrogativa das ações educativas, mas uma atenção que se estenda a outras áreas, para garantir segurança jurídica, econômica e social aos grupos em situação de vulnerabilidade. A multiplicidade de identidades amazônicas reflete a riqueza e a complexidade da região, tendo que ser parte da elaboração das políticas públicas que respeitem e promovam a pluralidade.

### **Considerações finais**

Acredita-se, por fim, que os NEABIs se constituem como espaços formativos estratégicos de luta e resistência contra o racismo e a discriminação. Além disso, são responsáveis pela promoção de espaços de pesquisa e formação para as relações étnico-raciais (Coutinho, 2023). Como instrumentos para a implantação de atividades de extensão, ensino e pesquisa, devem incluir as comunidades como sujeitos ativos do processo de produção do conhecimento e com elas se enriqueça e fortaleça.

Consideramos que apesar das dificuldades, a realização do curso de Auxiliar em Agroecologia respondeu as demandas quilombolas, fortalecendo práticas que já eram realizadas pela comunidade e valorizando os conhecimentos e saberes locais. A adesão dos/as estudantes ao curso demonstrou que um processo de construção educacional *junto* com a comunidade e não apenas *para* a comunidade reflete diretamente no êxito das atividades desenvolvidas e nas relações entre as instituições e populações tradicionais.

Ainda que tenhamos um longo caminho para contracolonizar a estrutura organizativa do Estado e das instituições públicas, como bem aponta Bispo dos Santos, é preciso mobilização institucional para atender as demandas dos diferentes grupos étnicos presentes na região amazônica e engajamento político dos/as educadores/as e servidores/as da educação para promoção da transformação social, questionando projetos puramente tecnicistas, nos termos freirianos, e construindo uma educação para autonomia.

## Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997.**

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005.** Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm)>.

Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.184 de 7 de outubro de 2005.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BRASIL. **Edital regularização fundiária do Território Quilombola do Rio Andirá.**

Publicado em Brasília - DF, segunda-feira, 21 de agosto de 2017. Disponível em: [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/R\\_RioAndira2017.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/R_RioAndira2017.pdf)

CASTRO, F. F. de. **As identificações amazônicas.** Belém: NAEA, 2018.

COUTINHO, G. D. S.; OLIVEIRA, T. D.; ARRUDA, D. D. O.. Insubordinações críticas da intelectualidade negra brasileira: um olhar a partir da atuação do NEABI/CPII. **Educação em Revista**, v. 39, p. e41586, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire.** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MOURÃO, Arminda R. B. NOGUEIRA, Silvia C. C. ARAÚJO, José J. C. N. SOUZA, José E. R. Governança, território e desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia brasileira. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, v. 15, pp. 53-69, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PEREIRA, L. A.; LIMA-BARBOSA, J. R. de; ALMEIDA, M. Z. de; GUIMARÃES, E. F. Diversidade de plantas em quintais quilombolas, conhecimento local sobre uso e cultivo de pimentas na Amazônia Oriental, Brasil. **Revista de Biologia Neotropical / Journal of Neotropical Biology**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 56–72, 2018. DOI:

10.5216/rbn.v1i1.22521. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/RBN/article/view/22521>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ROCHA, João Marinho da. **Das sementes aos troncos: história e memória do movimento quilombola do rio Andirá**. 2019. 386 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ROCHA, João Marinho da. FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Protagonismos Quilombolas no Amazonas: o caso dos “Freitas de Castro”, quilombo Trindade, Rio Andirá, Fronteira Amazonas/Pará. In: **Anais X COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açai / CNPq, 2011. 298 p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus, 2003.

TASSINARI, A. M. I.; GOBBI, I. Políticas públicas e educação para indígenas e sobre indígenas. **Educação, [S. l.]**, v. 34, n. 1, p. 95–112, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1591>. Acesso em: 3 jul. 2024.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciana. “Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS”. **Horizontes Antropológicos**, ano 23 nº 49, pp. 339-374, 2017.